2nd Preparatory Action on Smart Rural Areas in the 21st Century

Agenda Territorial Smart Villages PI.IN

Proposta de integração do conceito Smart Villages na abordagem de Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior

Maio, 2024

Índice

Apresentação 2
Introdução 3
1. Enquadramento 4
1.1. Contexto da IIBT PI.IN 4
1.2. Smart Villages e Plano de Ação Estratégico PI.IN 2030 7
2. A integração do conceito Smart Villages na IIBT PI.IN 10
2.1. Abordagem proposta 10
2.2. Benefícios e passos essenciais para concretizar a abordagem proposta 11
3. Estrutura conceptual para implementar a iniciativa Smart Villages no Pinhal Interior 13
1.1. O trajecto para a implementação de Smart Villages PI.IN 13
4. Integração e implementação da abordagem Smart Villages na IIBT PI.IN: Recomendações gerais 29
Anexo I. Descrição dos aspectos-chave de Smart Villages 33
Anexo II. Proposta de modelo para a elaboração de um Plano de Aldeia – Estratégia Smart Villages 36

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Projeto Smart Rural 27, foi estabelecido um Grupo de Trabalho com a orientação estratégica de integrar o conceito e abordagem Smart Villages na implementação da **Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (2021-2027) – IIBT PI.IN**, em particular, na criação de uma Rede de Aldeias Temáticas de forma a promover a especialização territorial e a aumentar a atratividade do território e o seu potencial turístico como estratégia de promoção do desenvolvimento regional.

No entanto, e para efectivar a abordagem de intervenção integrada de base territorial prevista, constatou-se haver necessidade de um quadro conceptual mais amplo, não apenas em termos de visão estratégica, mas também em termos de soluções organizacionais e operacionais para dar resposta às complexas limitações da região do Pinhal Interior que têm dificultado a concretização de processos de desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o Grupo de Trabalho iniciou um debate aprofundado para explorar alternativas adicionais para a aplicação do conceito e da abordagem Smart Villages. Isto incluiu considerações sobre a afetação de recursos financeiros específicos e a identificação de áreas de intervenção temáticas que poderiam beneficiar mais desta abordagem inovadora.

A Agenda Territorial Smart Villages PI.IN foi elaborada com a expetativa de estimular o diálogo político, institucional e técnico, de desencadear reflexões e discussões sobre as diferentes perspetivas sobre como a abordagem Smart Villages poderá contribuir para o desenvolvimento local e rural, bem como de apoiar o desenho e a implementação de estratégias Smart Villages ajustadas a cada contexto, tendo em conta as potenciais articulações, complementaridades e sinergias entre os vários instrumentos de apoio público disponíveis (programas, estratégias, iniciativas e projetos programados e / ou em fase de execução).

INTRODUÇÃO

A complexidade das fragilidades estruturais do Pinhal Interior, substancialmente agravadas em consequência dos impactos causados pelos grandes incêndios de 2017, coloca esta região uma posição de elevada vulnerabilidade económica, social e ambiental no contexto regional e nacional, e uma dificuldade acrescida na aplicação de políticas públicas que efetivamente produzam resultados em termos de desenvolvimento dos territórios rurais e das suas comunidades.

O entendimento profundo sobre os desafios enfrentados pelo Pinhal Interior e como as soluções convencionais se têm demonstrado insuficientes para fazer face aos mesmos e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo, apela a uma mudança de paradigma no planeamento e concepção das políticas de desenvolvimento. Tais políticas devem ser desenvolvidas a partir de abordagens integradas, inclusivas, promotoras de inovação e mobilizadoras de novas soluções para enfrentar os desafios complexos que o Pinhal Interior enfrenta.

Esta perspetiva, que oferece uma abordagem holística e inovadora, está profundamente enraizada no conceito **Smart Villages**. A implementação de Smart Villages revela-se não apenas como uma alternativa viável, mas como uma oportunidade estratégica para transformar positivamente as comunidades rurais.

A **Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (2021-2027) – IIBT PI.IN**, surge como uma oportunidade única para testar este novo instrumento e respetiva abordagem na conceção e planeamento de políticas territoriais. Com um caráter piloto e experimental, a IIBT PI.IN incorpora um grau de flexibilidade e recetividade essenciais para explorar e implementar iniciativas inovadoras, incluindo a promoção de Smart Villages como uma estratégia central para impulsionar processos de desenvolvimento à escala local.

Neste contexto, a **Agenda Territorial Smart Villages PI.IN** representa um passo importante nesse sentido. Mais do que um documento de posicionamento sobre a relevância da integração do conceito Smart Villages na esfera das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural, apresenta-se como um guia estratégico elaborado para apoiar de forma eficaz a concepção e implementação de estratégias Smart Villages na região do Pinhal Interior.

A Agenda apresenta-se ainda como um convite à ação com base numa visão para o desenvolvimento rural, impulsionada pela inovação, pela tecnologia, e pela participação das comunidades rurais. É um apelo para que os diferentes stakeholders do sistema de governança se unam em torno de um objetivo comum: construir um Pinhal Interior mais próspero, dinâmico e resiliente para as gerações futuras.

1. ENQUADRAMENTO

1.1. CONTEXTO DA IIBT PI.IN

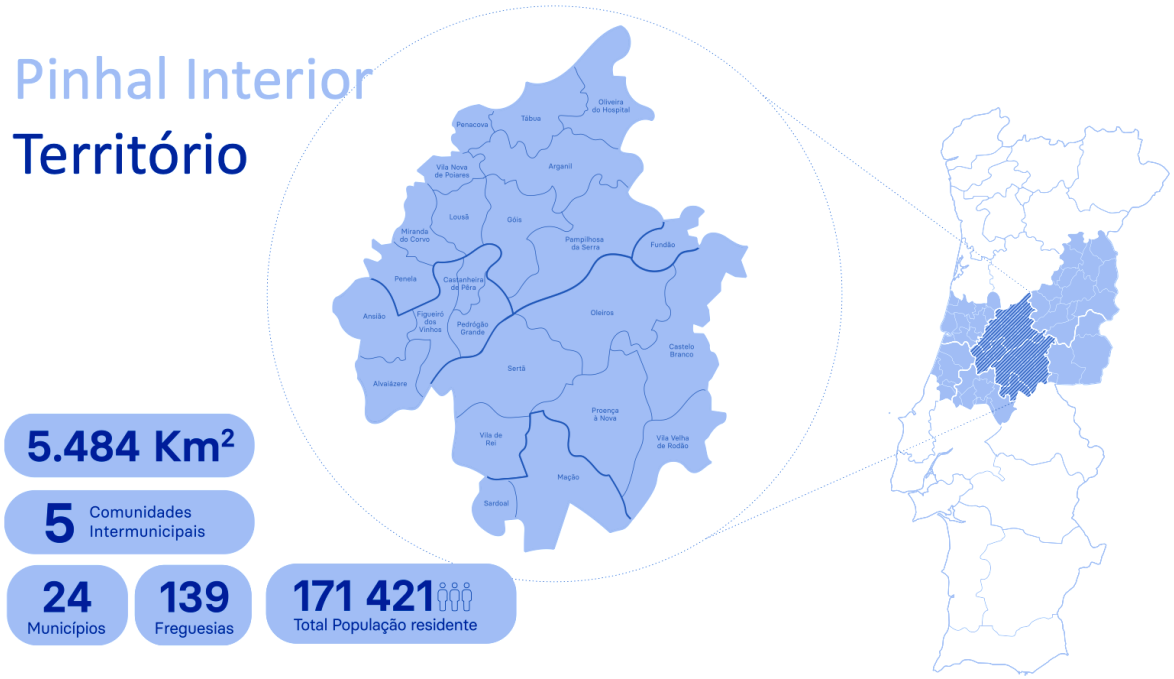
O Pinhal Interior, caracterizado por uma diversidade de contextos económicos, sociais, culturais, ambientais, políticos e institucionais, enfrenta uma série de constrangimentos complexos que afetam adversamente sua capacidade de desenvolvimento endógeno.

Diante desta realidade, e após os grandes incêndios de 2017, tornou-se evidente a necessidade de uma resposta integradas e reforçada por parte do Estado para responder às necessidades específicas do território. Essa resposta foi consubstanciada através da implementação de uma estratégia de revitalização económica e social - **Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI)** - aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2018, de 3 de janeiro.

Após um período de implementação de três anos, e apesar dos esforços globais para promover o desenvolvimento do Pinhal Interior, foi promovido um exercício de reflexão que culminou com o reconhecimento da relevância e premência da aplicação de uma abordagem integrada dada a persistência dos seus significativos desafios e que impedem a realização do seu potencial.

Neste sentido foi desenhada a **Intervenção Integrada de Base Territorial Pinhal Interior (IIBT PI.IN)**, prevista no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 131-A/2021, de 10 de Setembro, que procedeu ao ajustamento da incidência territorial e que determinou os objetivos, a abordagem e os domínios de intervenção, bem como o quadro para a operacionalização, financiamento e acompanhamento de 20 Projetos Transformadores das Economias Locais com um período de execução previsível até 2027.

Figura 1. Território de intervenção da IIBT PI.IN



Esses constrangimentos incluem uma base económica pouco diversificada e competitiva, níveis insatisfatórios de conhecimento e inovação, falta de infraestruturas básicas e de acesso a serviços de interesse geral à população, depopulação e envelhecimento populacional bem como dificuldades na retenção e atração de pessoas e investimento e de escassez de iniciativas de empreendedorismo. Além disso, os incêndios florestais continuam a ser uma ameaça constante, resultando na depilação dos ativos naturais.

Figura 2. Principais desafios enfrentados pelo Pinhal Interior

ECONÓMICOS
- Baixa densidade empresarial
- Poucos empregos qualificados
- Atividades de baixo valor acrescentado

SOCIAIS
- Falta de serviços de interesse geral
- Baixo poder de compra
- Baixos níveis de qualificação
- Falta de habitação

TERRITORIAIS
- Baixa densidade
- Povoamento disperso
- Baixa conetividade digital
- Vulnerabilidade aos incêndios

DEMOGRÁFICOS
- Despovoamento
- Envelhecimento
- Baixa taxa de natalidade

A abordagem IIBT prevista na RCM n.º 131-A/2021 é agora parcialmente concretizada através do **Plano de Ação Estratégico – Pinhal Interior 2030** (apresentado a 30 de janeiro de 2024), adotando uma abordagem abrangente e transformadora, visando não apenas a melhoria de áreas específicas, mas sim a transformação integral do território em diversas dimensões, sendo a estratégia multi-temática essencial para enfrentar os desafios complexos enfrentados pelo Pinhal Interior.

O Plano de Ação Estratégico PI.IN 2030 contribui para a concretização de 12 dos 20 projetos transformadores aprovados RCM n.º 131-A/2021, sistematizados na figura seguinte.

Figura 3. Projetos transformadores a concretizar através do PI.IN 2030

1. Incubadora Demográfica do Pinhal Interior - PI.IN.	**2.** Valorização da população idosa do Pinhal Interior	**3.** Pinhal Interior Habita	**4.** Pinhal Interior Reabilita
5. Programa de investimento e dinamização económica do Pinhal Interior	**6.** Redes de Cooperação Estratégica para a capacitação e inovação - Centros de Saber	**7.** Reforço, especialização e atratividade das áreas de localização empresarial	**8.** Qualificação das pessoas e reforço das capacidades formativas
9. Aldeias	**10.** Promoção das potencialidades turísticas da região através de uma iniciativa de marketing territorial e dinamização de estruturas de animação permanentes	**13.** Bioeconomia e economia circular ligados ao capital natural	**19.** Valorização e usufruto da paisagem e dos valores naturais

Plano de Ação Estratégico – Pinhal Interior 2030

A conceção do Plano de Ação Estratégico para o Pinhal Interior resultou de um processo participativo e colaborativo, envolvendo ativamente as comunidades e entidades locais públicas, privadas e associativas, sublinhando a importância crucial de **estabelecer modelos de governança e instrumentos de política pública** que sirvam como orientação no processo de transformação territorial rumo a uma melhor eficiência, inclusão, resiliência e sustentabilidade, ou seja, que deem resposta à visão do PRPI.

Visão do PRPI

Tornar o Pinhal Interior um Laboratório Vivo para o desenvolvimento e experimentação de Políticas Públicas multissectoriais, territorializadas e inovadoras, no contexto nacional e europeu, com enfoque numa abordagem transformadora de atração e fixação de pessoas em territórios rurais profundamente ameaçados pelo despovoamento, esvaziamento institucional e fraco dinamismo económico e social.

Com o objetivo de fazer face aos desafios do território, o Plano de Ação Estratégico assenta em quatro pilares estratégicos - Resiliência do Território, Coesão Territorial, Competitividade e Atratividade – estruturados em oito Programas Temáticos que incluem 20 operações com um período de execução previsível até 2027 e um apoio de 127,3 milhões de euros do Programa Centro 2030.

Figura 4. Matriz estratégica Pinhal Interior 2030

PILARES ESTRATÉGICOS	PI.IN + RESILIENTE	PI.IN + COESO	PI.IN + COMPETITIVO	PI.IN + ATRATIVO
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	**OE1.** Atrair novos povoadores e reter os cidadãos do Pinhal Interior, com especial enfoque para os jovens e famílias **OE2.** Desenvolver e testar novos modelos de políticas públicas de atração/retenção de população em territórios rurais de baixa densidade	**OE3.** Desenvolver novos modelos inteligentes e digitais de provisão de serviços de proximidade em meio rural **OE4.** Desenvolver novas respostas em rede dirigidas à promoção do envelhecimento de qualidade e em comunidade	**OE5.** Aumentar a competitividade do tecido empresarial e a atração de novas empresas **OE6.** Apoiar o empreendedorismo e fomentar a criação de novos negócios e produtos de valor acrescentado **OE7.** Fomentar a aprendizagem ao longo da vida e a promoção de talento	**OE8.** Promover a valorização sustentável das aldeias e dos seus recursos naturais, culturais e criativos inimitáveis **OE9.** Aumentar a atratividade do território para viver, estudar, investigar, empreender, investir e visitar
PROGRAMAS TEMÁTICOS	1. Living IN.PI 7. PI.IN + Habitação	2. Smart Villages IN.PI 8. PI.IN + Bem-estar	3. Invest IN.PI 4. PI.IN + Talento	5. PI.IN + Aldeias 6. PI.IN + Marketing e Inovação territorial

1.2. Smart Villages e Plano de Ação Estratégico PI.IN 2030

Fundamentada na especialização inteligente do território, a abordagem adotada pelo Plano de Ação Estratégico PI.IN 2030 foi fortemente centrada nas especificidades locais, tendo reconhecido que as soluções eficazes e sustentáveis devem ser desenvolvidas a partir das características únicas e dos recursos disponíveis do Pinhal Interior.

As aldeias representam um dos maiores ativos do PI.IN, acolhendo muitos dos recursos e produtos endógenos distintivos da região. No entanto, enfrentam os impactos mais severos do despovoamento e envelhecimento populacional, perpetuando a série de desafios complexos ligados às dinâmicas intrínsecas do território, como questões demográficas, territoriais, sociais e económicas.

Neste contexto, **considera-se que a integração do conceito Smart Villages no Plano de Ação Estratégico PI.IN 2030 é crucial para mobilizar o potencial local, sendo um instrumento inovador para abordar esses desafios e catalisar a transformação das comunidades rurais, sem perder de vista o racional associado ao princípio e objetivos da coesão territorial e uma dinâmica que envolva todo o Pinhal Interior**.

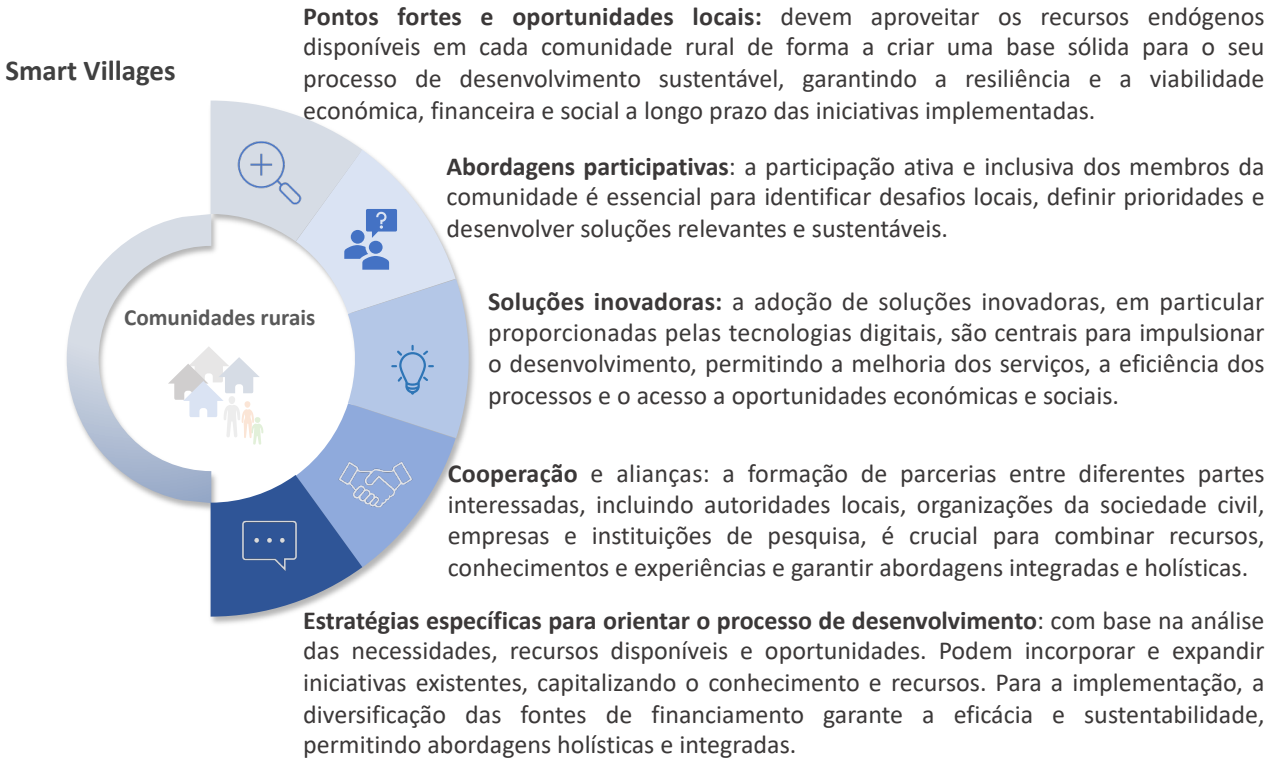
Definição

Smart Villages são comunidades em áreas rurais que desenvolvem soluções inteligentes para responder aos desafios do contexto local. Estas comunidades rurais baseiam-se no potencial e oportunidades locais existentes para iniciar um processo de desenvolvimento sustentável dos seus territórios. Utilizam uma abordagem participativa para desenvolver e implementar estratégias no sentido de melhorar as suas condições económicas, sociais e ambientais e utilizam soluções inovadoras, em particular, através da mobilização de soluções oferecidas pelas tecnologias digitais. As Aldeias Inteligentes beneficiam de cooperação e alianças com outras comunidades e atores nas áreas rurais e urbanas. O início e a implementação das estratégias de Aldeia Inteligente podem basear-se em iniciativas já existentes e podem beneficiar de diversas fontes de financiamento públicas e privadas.

Fonte: European Commission, Directorate-General for Agriculture and Rural Development, Pilot project: Smart Eco-social villages, Publications Office, 2020, https://data.europa.eu/doi/10.2762/90133.

Com base nesta definição abrangente de Smart Villages, é fundamental considerar diversos aspectos-chave na implementação de iniciativas Smart Villages, de forma a garantir o sucesso e o impacto positivo nas comunidades rurais. Estes incluem os sistematizados na figura seguinte. (cf. para maior detalhe, o Anexo I. Descrição dos aspectos-chave de Smart Villages).

Figura 5. Smart Villages: aspectos-chave



Como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento rural, este conceito emergente na União Europeia (EU) enfatiza a construção e a adoção de soluções inovadoras para enfrentar os desafios únicos dos territórios rurais, como o despovoamento, a falta de acesso a serviços essenciais e a escassez de oportunidades económicas. Enquanto instrumento de política, este paradigma enfatiza a necessidade de abordagens integradas e colaborativas para promover o desenvolvimento rural sustentável e a qualidade de vida nas áreas rurais.

Para o período 2023-2027, a principal fonte de apoio financeiro para as Smart Villages em todos os Estados-Membros provém do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC). No entanto, para alcançar o objetivo de estratégias integradas, é desejável criar um contexto político onde seja possível a mobilização de outros fundos europeus, em particular, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE) da Política de Coesão, bem como as medidas de apoio constantes do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Esta diversificação de fontes de financiamento permite uma abordagem mais holística e abrangente, possibilitando a implementação de estratégias mais completas e eficazes. Tal como descrito na figura anterior, o início e a implementação das estratégias Smart Villages podem basear-se em iniciativas já existentes e beneficiar de diversas fontes de financiamento públicas e privadas, incluindo parcerias público-privadas, ou medidas de incentivo à inovação e ao empreendedorismo. Essa variedade de fontes de financiamento contribui para a sustentabilidade e a viabilidade a longo prazo das iniciativas Smart Villages.

Ao sublinhar importância de promover iniciativas centradas no desenvolvimento sustentável, com base numa perspetiva integradora, participativa, focadas no território e valorizadoras do conhecimento e dos processos

territorializados de aprendizagem coletiva geradores de inovação, **a integração do conceito de Smart Villages assegura um alinhamento pleno com**

- ✓ A **expectativa da Comissão Europeia**, que tem vindo a promover e a apoiar a integração deste conceituo na agenda política dos Estados-Membros dada a sua relevância enquanto instrumento facilitador do desenvolvimento sustentável.

  A intensidade e persistência das limitações que representam um desafio para o progresso das áreas rurais levaram a uma reflexão abrangente e profunda a nível da União Europeia (UE) sobre as opções políticas para promover processos de desenvolvimento mais sustentáveis e inclusivos. Neste quadro político, foi transmitida a visão clara de que o desenvolvimento rural exige a colaboração das várias entidades da administração pública e entre todas as partes interessadas a nível nacional, regional e local, e progredir além das políticas públicas convencionais favorecedoras de abordagens sectoriais e insuficientemente adaptadas às necessidades específicas dos territórios e comunidades rurais.

  Neste quadro político ambicioso para o desenvolvimento rural, as Smart Villages desempenharão um papel crucial para alcançar os objetivos estabelecidos. Estas iniciativas adotam uma abordagem integrada, baseada no território e orientada para a inovação, sendo um instrumento político capaz de abrir novas oportunidades e garantir que as comunidades rurais as aproveitem, resultando em efeitos profundamente transformadores.

- ✓ Os **compromissos constantes do Programa do XXIV Governo Constitucional** para promover o desenvolvimento sustentado e inclusivo do País.

  Este Programa refere, nomeadamente, a implementação de medidas integradas, desde a reabilitação de património edificado à digitalização, no sentido de valorizar a cultura enquanto fator de identidade, coesão territorial e de competitividade económica; o desenvolvimento de atividades para assegurar a geração de valor económico e emprego a partir das áreas protegidas; a implementação de iniciativas no quadro do Pacto Ecológico Europeu; o investimento na inovação e desenvolvimento, na digitalização e na renovação geracional para a valorização dos setores da agricultura, floresta e pescas e do papel que estes desempenham na sustentabilidade económica, ambiental e social, a a concretização da Agenda do Turismo para o interior, que visa estimular o efeito catalisador do turismo e reforçar a diferenciação destes territórios.

  Para além destes desígnios, destaca-se o reforço do papel dinamizador dos fundos europeus e da promoção das sinergias e complementaridades entre os fundos da Política de Coesão e da Política Agrícola Comum para corrigir as assimetrias regionais, sectoriais e sociais e promover efetivamente o desenvolvimento sustentado, inovador e inclusivo do País.

- ✓ As **premissas fundamentais do PI.IN 2030** para garantir a implementação eficaz das estratégias delineadas.

  Estas premissas enfatizam o compromisso com processos participativos e colaborativos, com o envolvimento das comunidades e entidades locais (públicas, privadas, associativas; com abordagens transformadoras e integradas, adotando uma perspetiva de transformação territorial e multi-temática; com abordagens integradas e de base local, baseadas na especialização inteligente do

território; e na abordagem pluri-fundos , numa lógica de financiamento baseada em diferentes fundos/programas nacionais e europeus.

✓ A **ambição do Pinhal Interior em defender a importância do papel das comunidades rurais** (aldeias ou rede de aldeias) **como 'efeito âncora' no desenvolvimento sustentável do território**, e de distinguir-se como espaço de afirmação de uma nova geração de políticas de desenvolvimento de base territorial à escala micro.

Com efeito, os valores e recursos do Pinhal Interior, desde o património edificado (arquitetura vernacular, património religioso, monumentos, …) ao património natural (paisagem e valores naturais) e cultural (costumes e tradições, gastronomia, etnografia, …), fez reconhecer na RCM n.º 131-A/2021 a importância estratégica da criação e desenvolvimento de uma **rede de aldeias temáticas** com base na valorização da oferta turística, assente nos recursos endógenos, na regeneração e requalificação edificado e do espaço público, e na estruturação de produtos e serviços turísticos distintivos do território (Projeto Transformador P09. Aldeias).

Já no Plano de Ação Estratégico PI.IN 2030, o P09 foi incluído no Pilar Estratégico **PI.IN + ATRATIVO** como a **Operação 15. Aldeias do Pinhal**. Esta Operação visa criar uma rede de aldeias temáticas no PI.IN que contribua para promover a inovação rural e novas abordagens de valorização dos recursos inimitáveis das aldeias; revitalizar e valorizar o espaço rural e as suas comunidades; e incrementar a atividade económica e o rendimento das comunidades rurais.

2. A INTEGRAÇÃO DO CONCEITO SMART VILLAGES NA IIBT PI.IN

Tendo presente que o território do Pinhal Interior deve ser entendido como um laboratório vivo, ou seja, que serve como um espaço experimental para testar ideias, estratégias e iniciativas, num ambiente dinâmico e adaptativo, surge a proposta de integrar o conceito Smart Villages na implementação do PI.IN 2030.

Dada a inovação do instrumento IIBT PI.IN na política nacional, considera-se que a sua implementação constitui uma oportunidade única para testar novas abordagens à escala local.

2.1. ABORDAGEM PROPOSTA

Para efetivar a abordagem IIBT prevista na RCM n.º 131-A/2021, que pressupõe uma abordagem integrada destinada a responder às necessidades e potencialidades de desenvolvimento, crê-se haver **vantagem na adoção de um quadro conceptual mais amplo da Operação 15. Aldeias do Pinhal**, que visa apoiar a criação de uma rede de aldeias temáticas, em que cada aldeia desenvolverá uma intervenção associada ao tema/recurso que a diferencia de modo a criar as condições contextuais e operativas para o florescimento das atividades económicas e da dinamização social das comunidades.

A recomendação é que seja criado um modelo de implementação com a aplicação da abordagem Smart Villages, ou seja, reconhecendo a importância de uma abordagem integrada e colaborativa, devidamente ajustada aos contextos locais, e que favoreça a mobilização de financiamento, não apenas no contexto da Operação 15 do PI.IN 2030, mas a partir do conjunto de Programas Temáticos da IIBT PI.IN (e respetivas operações), bem como a partir da mobilização de outros instrumentos de financiamento previstos no quadro

regulamentar ao nível regional e nacional para apoiar o desenvolvimento local e rural. Esta integração coordenada visa capitalizar o potencial de cada iniciativa à escala micro, alavancando sinergias e promovendo uma abordagem holística e participativa com foco na inovação.

Neste contexto, destaca-se a importância de um paradigma de desenvolvimento local e rural que *(i)* valorize e aproveite de forma efetiva os recursos endógenos, reconhecendo a sua singularidade e potencialidades; e *(ii)* contribua para ultrapassar os desafios significativos enfrentados pelo território, particularmente, a baixa densidade demográfica, a dispersão dos povoamentos e a população predominantemente envelhecida.

Tendo presente o princípio da coesão territorial que no essencial se traduz em garantir que as comunidades rurais dispõem das ferramentas necessárias para tirar o proveito máximo das suas características inerentes, a conceção e construção da Rede Aldeias do Pinhal deverá assentar na abordagem holística e multidisciplinar Smart Villages.

2.2. BENEFÍCIOS E PASSOS ESSENCIAIS PARA CONCRETIZAR A ABORDAGEM PROPOSTA

A abordagem proposta Smart Villages representa uma visão inovadora e holística para o desenvolvimento rural, centrada na utilização de soluções inovadoras e integradas para enfrentar os desafios únicos das comunidades rurais.

Para concretizar esta abordagem, são necessários passos essenciais que envolvem a **identificação e capitalização dos recursos locais**, assegurando a **colaboração entre os diversos atores locais e a criação de parcerias sólidas** que permitam a implementação eficaz de projetos e iniciativas.

Capitalizando os pontos fortes e as oportunidades locais, as comunidades rurais podem criar uma base sólida para o seu processo de desenvolvimento sustentável, garantindo a resiliência e a viabilidade a longo prazo. Os **ativos territoriais a identificar e a capitalizar** podem ser de diferentes naturezas:

- **Recursos naturais e culturais** como pilares da distinção e diversidade das comunidades, sendo consideradas todas as dimensões presentes num contexto de aldeia, desde o património edificado (arquitetura vernacular, património religioso, monumentos), natural (paisagem e valores naturais) e cultural (costumes e tradições, gastronomia, etnografia).
- **Produtos e serviços** de aldeia com possibilidade de uso multifuncional de forma equilibrada e sustentável, que permitam captar talento e novos protagonistas para o espaço rural.
- **Infraestruturas existentes nas comunidades locais** passíveis de **refuncionalização / revitalização**, com o objetivo de adaptá-las para novos usos que promovam o desenvolvimento sustentável e a dinamização económica da região, podendo envolver a identificação de edifícios ou espaços subutilizados ou abandonados e sua transformação em instalações multifuncionais que atendam às necessidades da comunidade.
- **Dinâmica social e económica** com a possibilidade de complementaridade entre setores tradicionais e emergentes, através da ativação de novas formas de empreendedorismo local, desenvolvimento tecnológico, da inovação e de engenharia social.

- **Produções locais** que necessitem da valorização dos seus produtos, de práticas culturais menos intensivas e ambientalmente sustentáveis e da aproximação entre produtor e consumidor, e inovação tecnológica na pequena agricultura.

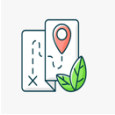
- **Movimentos, associações ou coletividades** locais que desenvolvem atividades culturais e sociais, incluindo atividades de empreendedorismo social de base comunitária, disponíveis para a promoção de novas metodologias de engenharia social que assegurem a qualificação e modernização das dinâmicas socioeconómicas no território, bem como o desenvolvimento e implementação de soluções sustentáveis para os problemas dos territórios de base rural.

A **criação de um ambiente colaborativo** é fundamental para promover uma abordagem integrada e garantir a implementação eficaz, coesa, adaptável e sustentável das intervenções propostas, assegurando a otimização de recursos e o alinhamento de objetivos, a articulação e sinergia dos esforços empreendidos, e a troca de conhecimentos e partilha de experiências.

Quanto aos resultados e impacto esperados, a implementação da Rede Aldeias do Pinhal – Smart Villages desempenhará um papel fundamental na concretização da **Visão de Longo Prazo para as Zonas Rurais** da UE até 2040[1], ou seja, **implementar uma visão estratégica alargada e um plano de ação abrangente para ajudar as comunidades e empresas rurais a concretizar o seu potencial nas próximas décadas, tonando-as mais fortes, conectadas, resilientes e prósperas**. A figura seguinte sistematiza as potenciais áreas de intervenção para alcançar estes objetivos.

	Digitalização e conectividade: implementação de tecnologias digitais para melhorar o acesso à internet, promover a inclusão digital e facilitar a comunicação e o acesso a serviços online.
	Agricultura sustentável e meio ambiente: desenvolvimento e promoção de práticas agrícolas sustentáveis, gestão eficiente dos recursos naturais, conservação do meio ambiente e adoção de medidas para promover a biodiversidade e a preservação dos ecossistemas.
	Diversificação económica: estímulo à diversificação das atividades económicas locais, promovendo a criação de oportunidades de emprego e de negócios e o crescimento económico equilibrado.
	Inclusão social e qualidade de vida: implementação de iniciativas que promovam a inclusão social, melhorem o acesso a serviços básicos e aumentem a qualidade de vida para todos os membros da comunidade.
	Resiliência às alterações climáticas: adoção de medidas para enfrentar os desafios das mudanças climáticas, incluindo a implementação de estratégias de adaptação e mitigação.

[1] Visão a Longo Prazo para as Zonas Rurais da União Europeia (UE): https://rural-vision.europa.eu/index_en).

	**Turismo e património**: desenvolvimento do turismo sustentável, preservação do património cultural histórico e artístico e promoção das tradições e identidades locais para impulsionar a economia e valorizar o património da região.
	Governança e parcerias: estabelecimento de sistemas de governança eficazes, envolvendo as comunidades locais e estabelecendo parcerias entre diferentes partes interessadas para promover ecossistemas de desenvolvimento colaborativo e sustentável.
	Desenvolvimento de competências: promoção da sensibilização e educação para capacitar os membros da comunidade, melhorar as oportunidades de emprego e promover o crescimento económico e social.
	Inovação e pesquisa: estímulo à inovação, investimento em pesquisa e desenvolvimento de novas soluções tecnológicas e práticas para impulsionar o desenvolvimento económico, social e ambiental.
	Resiliência social: implementação de iniciativas que fortaleçam a coesão social, promovam a solidariedade comunitária e preparem a comunidade para enfrentar desafios e crises, garantindo a sua capacidade de recuperação e adaptação

Ao adotar o conceito Smart Villages, estreitamente associado aos princípios de desenvolvimento participativo, territorializado e inovador, esta opção política **reforça a posição do Pinhal Interior como um exemplo de excelência na promoção do desenvolvimento rural inteligente e holístico**, quer a nível nacional, quer a nível europeu.

3. Estrutura conceptual para implementar a iniciativa Smart Villages no Pinhal Interior

3.1. O trajecto para a implementação de Smart Villages PI.IN

A proposta para a criação da Rede de Aldeias Temáticas implica um processo estruturado que se inicia com a elaboração de uma **macroestratégia para o território PI.IN**, que implica a elaboração de documentos e a criação de instrumentos orientadores para todo o seu desenvolvimento.

A estratégia para a implementação da rede temática Aldeias do Pinhal comporta o importante desafio de lançar as bases para o desenvolvimento sustentável das mesmas, **sem perder de vista o racional associado ao princípio e objetivos da coesão territorial e uma dinâmica que envolva todo o Pinhal Interior**.

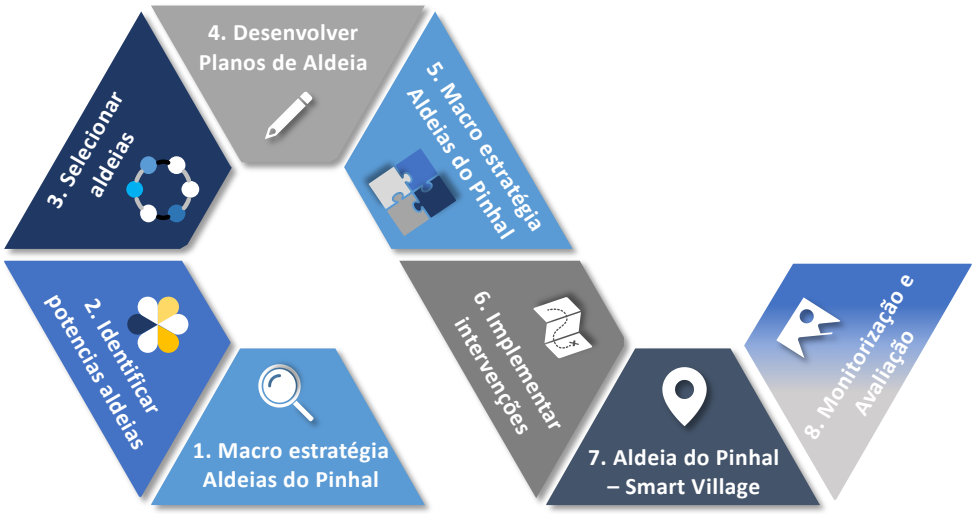
Assim, e com o objetivo de maximizar a eficiência do processo de desenvolvimento é **essencial capitalizar os investimentos realizados no território** e os resultados positivos decorrentes da implementação das políticas de desenvolvimento regional e rural; bem como **capitalizar o conhecimento e experiências** existentes.

Em termos de operacionalização propriamente dita, deverá ser definido um **mecanismo de execução flexível e ajustado aos contextos locais**, e que permita a mobilizar os instrumentos previstos no quadro regulamentar nacional para apoiar o desenvolvimento local e rural, por via do reforço da diversificação económica, do crescimento do emprego, da melhoria da qualidade do ambiente e da preservação e projeção dos valores culturais, bem como da inclusão social.

Globalmente, o entendimento é que o caminho sustentável para a transformação seja feito nos âmbitos de intervenção identificados como prioritários pelas aldeias, ou seja, em que esteja demonstrado o potencial de crescimento e que possam atuar como fator de estímulo à criação de dinâmicas económicas e sociais, não só ao nível das comunidades rurais, bem como de todo o território do Pinhal Interior.

A partir da macroestratégia, são elaborados os **Planos de Aldeia**, que se destinam a cada uma das aldeias incluídas na rede. Estes planos deverão ser desenvolvidos de forma a adequar as estratégias de desenvolvimento local às particularidades de cada comunidade, garantindo uma abordagem personalizada e adaptada às suas necessidades e potencialidades.

Figura 6. Estratégia proposta para a implementação da Rede Aldeias do Pinhal - Smart Villages



1. Macroestratégia Rede de Aldeias Temáticas PI.IN (plano conceptual)

Esta etapa inicial visa estabelecer uma **visão abrangente das principais necessidades e desafios enfrentados pelo Pinhal Interior, ao mesmo tempo que define os objetivos estratégicos para o seu desenvolvimento**, esclarece concretamente o conceito "Aldeias do Pinhal" observando a abordagem Smart Villages, identifica as principais áreas de intervenção e os vários instrumentos de apoio existentes no âmbito municipal, regional e nacional, e revela o sistema de governança para coordenar e implementar eficazmente a Rede de Aldeias Temáticas, garantindo a sua coerência.

Nesta fase deverá ser **desenvolvido um conjunto de documentos orientadores e ferramentas**, visando fornecer diretrizes claras e recursos práticos para a implementação eficaz da Rede de Aldeias Temáticas. Neste contexto, destaca-se a definição de critérios específicos para a seleção de aldeias ou comunidades rurais que serão integradas na rede. Estes critérios são essenciais para garantir uma abordagem transparente, equitativa

e baseada em evidências na seleção das aldeias participantes, contribuindo assim para o sucesso e eficácia da iniciativa como um todo.

A macroestratégia serve como uma orientação para a elaboração dos Planos de Aldeia individuais, garantindo que as iniciativas propostas estão devidamente alinhadas com uma visão integrada e coerente para o desenvolvimento do Pinhal Interior como um todo. Este processo assegura também a articulação e complementaridade das iniciativas previstas ao nível de cada aldeia.

O processo de seleção das aldeias deverá ser conduzido através da seguinte metodologia:

- Definição das bases da rede de aldeias do PI.IN, envolvendo entidades como a Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR), Comunidades Intermunicipais (CIMs), Turismo de Portugal, GAL e Câmaras Municipais. Esta etapa garantirá uma abordagem colaborativa e abrangente na definição dos objetivos e critérios para a criação da rede temática.
- Lançamento de um Aviso para a pré-qualificação de aldeias, aberto aos Municípios do Pinhal Interior. Este aviso será divulgado de forma a convidar os municípios a apresentarem as suas aldeias candidatas, demonstrando como estas se enquadram nos critérios estabelecidos e identificando o conjunto de intervenções preconizadas.
- Mapeamento e seleção de uma aldeia por Município, com um tema/recurso a desenvolver devidamente identificado. Esta etapa envolverá uma análise cuidadosa das propostas apresentadas pelos municípios, tendo em conta a singularidade de cada aldeia e o seu potencial de contributo para os objetivos associados à criação da rede.

Para uma macro estratégia compreensiva, deverá ser estimulado um **processo de envolvimento ativo das partes interessadas e relevantes dos vários níveis de governança e domínios de intervenção**. Apenas desta forma será possível promover uma abordagem integrada, inclusiva e sinérgica e estimular o avanço da rede temática Aldeias do Pinhal por via da abordagem Smart Villages, isto é, assegurar a coordenação e a articulação entre as partes interessadas, num esforço conjunto de colaboração e partilha de conhecimentos para encontrar as soluções mais favoráveis para fazer face às necessidades específicas do território.

2. Identificar potenciais aldeias / comunidades rurais a incluir na rede temática Aldeias do Pinhal

Considerando os objetivos para a constituição da rede temática Aldeias do Pinhal, prevê-se a publicação de um convite à **apresentação de Manifestação de Interesse para iniciativas em aldeias / comunidades rurais**, e que se enquadrem nos objetivos da rede, nomeadamente, em termos do contexto socioeconómico local e dos valores e recursos do território que poderão vir a sustentar uma estratégia inovadora de valorização e dinamização do território do Pinhal Interior.

Estas manifestações de interesse permitem a identificação, pelos Municípios, de aldeias/comunidades rurais que reúnam as condições para constituir a rede temática, nomeadamente, dispor de recursos endógenos que, aliados a uma ação concertada que lhes imprima escala, contribuam para a diferenciação e valorização de produtos e serviços, bem como para a atração de investimento e de um turismo sustentável.

Para este processo, será importante recolher o input de diversas partes interessadas como Municípios, Associações de Desenvolvimento Local, empreendedores, líderes locais, entre outros atores que se considerem relevantes, para garantir a identificação de aldeias com capacidade para desenvolver e concretizar uma estratégia de valorização económica e social sustentável.

Tabela 1. Potenciais stakeholders a envolver (e respetiva atribuição)

Potenciais parceiros e respetiva atribuição
▪ Municípios (Câmaras Municipais): desempenham um papel chave na coordenação e implementação das estratégias a nível local e podem facilitar a sua integração no contexto regional (e nacional). ▪ Associações de Desenvolvimento Local: representam as comunidades locais, trazendo perspetivas e necessidades específicas, garantem a inclusão e participação ativa e promovem a aceitação e apropriação das estratégias. ▪ Instituições do sistema científico e tecnológico: fornecem uma base científica para orientar a implementação e avaliação das intervenções. O contributo destas entidades assegura que as intervenções sejam fundamentadas em evidências e melhores práticas. ▪ Inovadores tecnológicos: contribuem com conhecimentos técnicos para desenvolver soluções inteligentes e digitais. A colaboração com inovadores tecnológicos impulsiona a criação e implementação de soluções inteligentes e digitais. ▪ Entidades de apoio social: contribuem para construir a oferta de serviços de proximidade. ▪ Comunidades locais: trazem conhecimento contextual, facilitando a identificação de necessidades específicas e a potencial capacidade de adaptação e apropriação das soluções identificadas.

A colaboração entre os diversos atores tem um papel fundamental no estímulo ao pensamento crítico, na construção de entendimento coletivo sobre o diagnóstico geral da envolvente socioeconómica e natural do território e das aldeias / comunidades rurais abrangidas, e nos temas / recursos e áreas de intervenção a privilegiar.

3. Selecionar aldeias / comunidades rurais a integrar a rede temática Aldeias do Pinhal

Concluída a fase da Manifestação de Interesse, será desencadeado um novo processo para garantir que as aldeias / comunidades rurais interessadas cumprem todos os critérios de elegibilidade, sendo posteriormente avaliadas com base num **conjunto de critérios de seleção**.

Embora não existam critérios específicos para selecionar aldeias com vista à implementação da abordagem Smart Villages, há certos aspetos que são particularmente importantes para garantir o nível de preparação adequado para enveredar num processo de transformação em Smart Villages, ou seja, aldeias em que se reconheça a capacidade para conduzir este tipo de abordagem a nível local.

O método de seleção das aldeias/comunidades rurais a integrar a rede temática Aldeias do Pinhal deverá ter em consideração diversos critérios fundamentais. De uma forma geral, importa selecionar um conjunto de aldeias / comunidades rurais detentoras de massa crítica, com atividade económica, agentes locais e ativos

territoriais (físicos ou imateriais), que possibilitem a formulação e concretização de uma estratégia de dinamização e valorização.

Tabela 2. Lista indicativa de critérios de seleção a considerar na seleção de uma aldeia para integrar a rede temática Aldeias do Pinhal – Smart Villages

Critérios específicos	Elementos a considerar na avaliação
Robustez do sistema de governança	A abordagem Smart Villages reforça a importância dos processos de desenvolvimento a partir da mobilização das comunidades locais, pelo que é essencial assegurar métodos participativos para o desenvolvimento e implementação da estratégia. Assim deve ser confirmada a capacidade para mobilizar e manter o envolvimento de diferentes atores e stakeholders, particularmente, os seguintes: ▪ Líderes locais, p.e., Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Grupos de Ação Local, Associações empresariais, ... ▪ Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, Instituições de ensino superior, Centros de Competências, Centros de Inovação, ... ▪ Comunidades locais. A existência de projetos / ideias emblemáticas que expressem de forma eficaz os ativos dos territórios é igualmente reveladora da experiência no planeamento e implementação de estratégias e iniciativas.
Nível de motivação	A motivação adequada é fundamental para empreender uma abordagem Smart Villages bem sucedida, pelo que, no processo de identificação de aldeias que têm em vista este tipo de processo, deve avaliar-se: ▪ A clareza das motivações com ênfase no envolvimento de um processo de médio, longo-prazo e no alcance dos resultados previstos. ▪ O nível de empenho e de compromisso com o desenvolvimento da estratégia observando o conceito e a abordagem Smart Villages.
Nível de competências	É importante assegurar que os atores envolvidos possuem as competências (e experiência) adequadas para definir concretamente as necessidades, para estabelecer prioridades de intervenção e para empreender o desenvolvimento de uma estratégia de baseada em soluções inovadoras, incluindo: ▪ Estruturas de governança robustas, eficazes e inovadoras. ▪ Liderança forte. ▪ Grupo(s) ativo(s) de residentes na comunidade local. ▪ Animadores locais qualificados. ▪ Base de voluntariado. Não existindo na base da comunidade local, deve ser garantida uma componente de capacitação para assegurar as competências e capacidade consideradas necessárias para desenvolver este tipo de processos.

Nível de desenvolvimento técnico e infraestruturas	Em que medida a aldeia possui a capacidade técnica necessária para realizar as ações programadas, por exemplo: ▪ Conectividade de banda larga (se relevante, p.e., no caso de soluções ligadas à inovação digital). ▪ Infraestruturas e equipamentos (se relevante, p.e., no caso de soluções ligadas à inovação tecnológica (processos e produtos).
Valor acrescentado previsto para a aldeia / comunidade local /território	Em que medida a aldeia possui capacidade ara assegurar a eficiência na utilização dos recursos financeiros, nomeadamente, prevenir qualquer efeito de peso morto (estratégia seria implementada de qualquer forma?). De igual forma, é importante avaliar o nível de valor acrescentado do Plano de Aldeia tendo em consideração as desvantagens e oportunidades específicas das aldeias / territórios.
Abordagem integrada	Os Planos de Aldeia devem ter uma forte dimensão territorial, ou seja, observar o desenvolvimento de estratégias integradas e holísticas em resposta às necessidades e desafios. Neste contexto, devem ser privilegiadas as aldeias que tencionem desenvolver estratégias abrangentes. Não obstante, a estratégia poderá ter um foco/tema específico, desde que demonstrada a capacidade de alavancar o desenvolvimento nas três vertentes: económico, social e ambiental. Em que medida o processo de conceção da estratégia de aldeia inteligente consubstancia uma abordagem integrada / holística de desenvolvimento: ▪ Favorecer a emergência de estratégias que encerrem uma abordagem integrada / holística, em detrimento de estratégias 'sectorializadas'. ▪ Assegurar o desenvolvimento de soluções inovadores que permitam aproveitar os pontos fortes e as oportunidades de forma eficaz.
Potencial de inovação	Em que medida as soluções / ideias planeadas são novas ou inovadoras no contexto local, por exemplo: ▪ Identificar soluções criativas com base em métodos participativos que envolvam vários tipos de atores (p.e., entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, Centros de Competências). ▪ Explorar a existência de parcerias público-privadas-cívicas locais com os agentes de investigação e inovação e com os agentes económicos.
Predisposição para cooperar	Em que medida a aldeia está disponível para realizar ações em cooperação com outras aldeias (p.e., serviços integrados com outras redes existentes no território do Pinhal Interior).
Abertura para trocar e partilhar experiências e conhecimento	Em que medida a aldeia está disponível para trocar experiências e para partilhar conhecimento, nomeadamente, integrar projetos de cooperação dinamizados pelos Grupos de Ação Local do Pinhal interior.

Nível de transferibilidade	Em que medida a estratégia a desenvolver pela aldeia é transferível para outros territórios: ▪ Explorar o grau de utilidade do desenvolvimento do Plano de Aldeia em determinados contextos, procurando responder aos desafios comuns mais importantes dos territórios rurais. ▪ Avaliar o nível de transferibilidade das soluções inovadoras desenvolvidas, de forma a capitalizar o conhecimento gerado e a facilitar outros processos de transformação dos territórios rurais. ▪ Comprovar a capacidade das soluções para fazer face aos desafios identificados (replicar as soluções em contextos semelhantes).

Fonte: com base nos critérios utilizados para a seleção das comunidades rurais apoiadas no âmbito do Projeto Smart Rural 21.

O processo de seleção das aldeias deverá garantir uma seleção criteriosa das aldeias a integrar a rede temática Aldeias do Pinhal, assegurando que estas representem uma variedade de contextos e contribuam de forma significativa para o desenvolvimento sustentável de todo o território. Em suma, a seleção das aldeias deve concentrar-se nos ativos territoriais identificados e que podem ser de facto capitalizados e entre os quais se destacam os referidos no Capítulo 2.2. e que envolvem os elementos seguintes:

- Património edificado (arquitetura vernacular, património religioso, monumentos, ...)
- Património natural (paisagem e valores naturais, ...)
- Património cultural (costumes e tradições, gastronomia, artesanato, etnografia, ...)
- Capital humano e nível de empreendedorismo local
- Atividades económicas em sectores tradicionais e emergentes (produtos e serviços)
- Iniciativas existentes de investigação, desenvolvimento e inovação (modelos inteligentes e digitais na provisão de serviços de proximidade, ...)
- Serviços básicos de proximidade em permanência (saúde, educação e apoio social)
- Infraestruturas básicas estruturantes (água, saneamento, eletricidade, comunicações e acessibilidade física)
- Serviços de apoio às populações (eletricidade, informática, manutenção de edifícios e espaços verdes)
- Entidades associativas e agentes de desenvolvimento
- Modelos de governação instituídos eficientes ao nível da cada aldeia / comunidade rural
- Estratégias de comunicação e marketing, e de animação territorial e turística.

4. Desenvolver Planos de Aldeia – Smart Villages

As aldeias / comunidades rurais selecionadas no âmbito do processo de avaliação serão convidadas a apresentar um Plano de Aldeia – Smart Villages.

A construção do Plano deve assentar num **processo participativo**, envolvendo ativamente as partes interessadas relevantes e a comunidade local, deve beneficiar a **perspetiva integrada** tendo por base o tema / recurso a ser alavancado, mas não desatendendo a interligação com outras possíveis áreas de intervenção

de forma a potenciar uma resposta abrangente e coerente, e deve ser **orientada para a inovação**, explorando novas soluções para dar resposta às necessidades específicas das comunidades rurais do Pinhal Interior.

A **criação de um ambiente colaborativo**, intrinsecamente ligado ao conceito Smart Villages, é fundamental. Ao proporcionar um espaço dedicado à capitalização de conhecimento e experiências e à apresentação e discussão de ideias, é favorecida a identificação / construção colaborativa de soluções inovadoras que respondam efetivamente aos desafios em questão.

Este modelo deverá, ainda, contribuir para assegurar a adesão e implementação efetiva de intervenções baseadas em inovação e colaboração, fundamentais para promover um desenvolvimento inclusivo e duradouro das aldeias e comunidades rurais do Pinhal Interior.

A abordagem Smart Villages facilita a aproximação da inovação aos territórios rurais, ao procurar **soluções inovadoras para dar resposta aos desafios identificados**. As soluções inovadoras não surgem apenas por via da digitalização e da tecnologia, mas também por via da inovação social (p.e., reconfiguração dos sistemas de governança, das formas de trabalhar, e das formas de executar/implementar os apoios existentes e futuros).

Este modelo deverá, assim, servir de matriz à elaboração de Planos de Aldeia – Smart Villages - para acelerar a transformação rural através combinação de diferentes atividades económicas rurais com plataformas, soluções e serviços digitais (que incluam os inputs das áreas de turismo, conservação da natureza, património histórico e cultural, produtos locais, provisão de serviços de proximidade, economia e empreendedorismo, design, e comunicação e marketing), que incentivem a fixação da população, a diversificação económica, incluindo os produtos e serviços turísticos, e a atração de novos residentes.

As propostas de intervenção deverão surgir através dos espaços de comunicação criados entre os Municípios (promotores) e as comunidades locais e demais actores relevantes. Após o processo de negociação quanto à sua pertinência e estimativa orçamental, deverão ser estruturadas no Plano de Aldeia **uma variedade de intervenções que capitalize os recursos diferenciadores envolvendo as diferentes dimensões do desenvolvimento local**:

Os stakeholders, ao disporem de um Plano de Aldeia - Smart Villages, ficam dotados de um documento estratégico que deverá facilitar a comunicação da visão de desenvolvimento de uma comunidade rural (tanto internamente, com os membros da comunidade, como externamente, com os diferentes níveis de governação), e o acesso a financiamento para implementar essa mesma estratégia.

Tabela 3. Orientações gerais – construção do Plano de Aldeia - Smart Villages

Orientações para construir o Plano de Aldeia – Smart Villages
▪ Dispor de uma visão comum sobre as perspetivas de desenvolvimento de médio-longo prazo (p.e., 5-10 anos) à escala micro. ▪ A visão e a articulação efetiva das intervenções devem ter em consideração a sustentabilidade a longo prazo. Isso implica o estabelecimento de estratégias que não apenas resolvam problemas imediatos, mas também promovam a resiliência das comunidades rurais ao longo do tempo, garantindo que os benefícios perdurem e se ampliem.

- Privilegiar uma perspetiva de desenvolvimento integrado e abrangente (consolidar iniciativas e ideias já existentes e ajudar as comunidades rurais a pensar de forma mais holística). O Plano de Aldeia deve assegurar uma visão integrada / holística, não devendo concentrar-se num sector. No entanto, a estratégia pode assumir um foco temático específico.
- Representar um bom ponto de referência para reflexão e planeamento de ações orientadas para o futuro, bem como demonstrar flexibilidade para evoluir. É importante que o Plano de Aldeia:
  - contenha uma estrutura lógica / lógica de intervenção clara (incluindo desafios e recursos / oportunidades; ações específicas e direcionadas para abordar os mesmos; planeamento de recursos humanos e financeiros, ...);
  - identifique claramente os elementos 'smart': estratégias / projetos existentes; envolvimento das partes interessadas; soluções inovadoras com contributo relevante para o desenvolvimento da aldeia e do território do Pinhal Interior.
- Constituir uma ferramenta eficaz para comunicar a visão de desenvolvimento de uma comunidade rural (tanto internamente, com os membros da comunidade, como externamente, com os diferentes níveis de governação).
- Representar um melhor posicionamento dos promotores para aceder a várias fontes de financiamento.
- Assegurar o envolvimento das partes interessadas deve ser assegurado em todos os níveis do desenvolvimento do Plano de Aldeia (p.e., Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Grupos de Ação Local, Associações empresariais, Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, Instituições de ensino superior, Centros de Competências, Centros de Inovação, Comunidades locais).

No Anexo I, encontra-se a proposta de modelo para a elaboração de um Plano de Aldeia - Smart Villages.

Os Planos de Aldeia serão articulados entre os Municípios (promotores), a CCDRC e a Coordenação da IIBT PI.IN. Uma vez consolidados, deverão ser integrados no plano operacional da Macro estratégia Aldeias do Pinhal.

5. Macro estratégia Aldeias do Pinhal (plano operacional)

A perspetiva é a de entender a Macro estratégia Aldeias do Pinhal como o lançamento das bases para o desenvolvimento sustentável à escala micro, sem perder de vista o racional associado ao princípio e objetivos do desenvolvimento rural sustentável, bem como uma dinâmica no sentido da coesão territorial. Neste sentido, o objetivo é dotar o PI.IN de ferramentas que assegurem a agregação e compromisso dos stakeholders ao nível micro (aldeias, comunidades rurais, rede de aldeias), e que assegure o efetivo envolvimento das comunidades e um papel concreto nos processos de desenvolvimento do território do Pinhal Interior, bem como de projetar o PI.IN a nível nacional e internacional.

Assim, no que respeita concretamente à criação e gestão da Macro estratégia Aldeias do Pinhal, a mesma encontra-se prevista na Operação 15. Aldeias do Pinhal do Plano de Ação Estratégico – Pinhal Interior 2030, sendo que a capitalização das complementaridades e sinergias deverão ocorrer a partir da coordenação das diversas políticas, Programas, Estratégias e outras iniciativas como o Centro 2030 e o Turismo de Portugal,

entre outros que se afigurem relevantes. Para a operacionalização da Rede Temática Aldeias do Pinhal, destaca-se as intervenções seguintes.

Programa Operacional Centro 2030 (Centro 2030) ----------

Comunicação integrada de todas as operações de forma a assegurar uma linha condutora na comunicação do território PI.IN. As intervenções previstas colocam-se ao nível da **capacitação colaborativa e governança**, nomeadamente através das iniciativas seguintes:

- Desenvolvimento de uma **Plataforma digital do Pinhal** Interior com o intuito de sistematizar e divulgar informação relevante do território, bem como os benefícios e apoios direcionados a quem vive e migra para o PI.IN.

  Esta plataforma digital servirá como ponto focal de comunicação, diferenciada de acordo com o público-alvo, possibilitando a interação virtual com eventuais interessados em trabalhar, estudar, investir, investigar e visitar o território.

- Criação do **Radar do Pinhal - observatório de inovação territorial**, dado que esta abordagem territorial pretende funcionar como um laboratório experimental de políticas públicas para os territórios de baixa densidade.

  Tendo em conta que a estratégia de atração e retenção de população e revitalização económica do PI.IN tem uma dimensão experimental, torna-se crucial proceder à monitorização e avaliação das várias operações e iniciativas, nomeadamente, para determinar as boas práticas e os seus fatores diferenciadores de modo a replicá-las em outros contextos.

- Desenvolvimento de **ações de reforço da capacitação dos agentes de desenvolvimento**, de forma a garantir o seu constante envolvimento e compromisso. Este tipo de intervenções é de é de caráter transversal e foca-se na necessidade de garantir um forte envolvimento das comunidades e dos agentes económicos locais (públicos e privados) capazes de corresponder às exigências deste tipo de abordagem, nomeadamente, garantir um modelo de governação eficiente e consolidar uma cultura de permanente busca de novas oportunidades para promover o desenvolvimento integrado do PI.IN.

  Desta forma será possível aumentar o dinamismo económico e complementaridade entre agentes de desenvolvimento e empresas existentes em setores tradicionais e emergentes e uma atuação integrada na prospeção de novas iniciativas.

Agenda do Turismo para o Interior----------

Através de programas e iniciativas de promoção turística, o Turismo de Portugal pode contribuir para a criação de estratégias de **animação, comunicação e promoção** integradas, desempenhando um papel catalisador na consolidação e expansão da rede de Aldeias Temáticas, contribuindo para a sua sustentabilidade a longo prazo e para o seu enriquecimento.

- Desenvolvimento de uma **estratégia de comunicação e marketing integrada** para a afirmação do território ultrapassando as perspetivas atomizadas das Comunidades Intermunicipais e dos próprios Concelhos e apostando na oferta organizada e complementar de serviços, produtos e infraestruturas, afigura-se como imprescindível para a atração/retenção de pessoas e revitalização económica, bem como para construir uma imagem positiva do PI.IN como um espaço ideal para viver, estudar, investigar, trabalhar, empreender, investir e visitar.

  Intervenções que visem desenvolver uma estratégia de marketing territorial que será âncora na estratégia do PI.IN para ganhar identidade e notoriedade nacional e internacional, nomeadamente, através da comunicação integrada dos vários programas e iniciativas da estratégia de revitalização do PI.IN. Este esforço colaborativo, que deve ser partilhado pelos vários PROVERE e Rotas turísticas que incidem no território do Pinhal Interior, deverá ser completado com a criação do Observatório do Pinhal Interior (monitorização e acompanhamento das iniciativas desenvolvidas no território).

6. Implementar as intervenções definidas no âmbito dos Planos de Aldeia - Smart Villages e

7. Realizar a Aldeia do Pinhal – Smart Village

Em termos de operacionalização e implementação propriamente dita, será desejável que a Macro estratégia inclua a construção de Planos de Aldeia - Smart Villages flexíveis e devidamente ajustadas aos contextos locais, e que favoreçam a mobilização de financiamento, não apenas no contexto do PI.IN 2030, mas também a partir dos instrumentos previstos no quadro regulamentar regional / nacional para apoiar a sua execução.

O conjunto dos Planos de Aldeia – Smart Villages deve identificar um conjunto integrado de projetos. Isso pode incluir iniciativas para estimular o micro empreendedorismo, para valorizar economicamente os recursos naturais, culturais e criativos, para promover o bem-estar da população, para criar novas respostas para o envelhecimento, entre outras.

O Pinhal Interior 2030 insere-se na estratégia geral de revitalização do território, tendo necessariamente de assegurar a articulação e complementaridade com as várias iniciativas da Intervenção Integrada de Base Territorial (IIBT) prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 131-A/2021. Isto significa a promoção de uma abordagem multidimensional, que combina diferentes fontes de financiamento dos vários fundos e programas nacionais e europeus.

A existência dos Planos de Aldeia - estratégias Smart Villages no contexto de uma Macro estratégia Aldeias do Pinhal não assegura necessariamente o apoio financeiro para a sua implementação integral. Assim, e para a operacionalização e implementação das intervenções definidas no âmbito da Macro estratégia Aldeias do Pinhal, prevê-se a mobilização de apoio financeiro a partir dos instrumentos previstos no quadro regulamentar regional / nacional. Nomeadamente, através de prerrogativas na análise dos projetos incluídos neste tipo de estratégias e /ou através da discriminação positiva e/ou majoração dos projetos candidatados a apoio nos respetivos programas e/ou avisos de concurso específicos para o território do Pinhal Interior.

Neste contexto, é fundamental garantir a articulação das várias iniciativas em curso e em perspetiva, assim como a complementaridade das várias fontes de financiamento, sendo desejável a sensibilização das Autoridades de Gestão para este modelo de implementação pluri-fundos para apoiar a implementação da rede temática Aldeias do Pinhal.

A criação de uma rede de aldeias temáticas pressupõe que cada aldeia selecionada desenvolva um conjunto de intervenções associado a um tema/recurso específico, visando diferenciá-la e criar condições para o desenvolvimento económico e social. Cada Plano de Aldeia - Smart Villages pode mobilizar apoio financeiro de várias fontes, incluindo o Programa Operacional do Centro 2030, que engloba o Plano de Ação Estratégico PI.IN 2030, o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PE PAC) e as estratégias do Turismo de Portugal.

No entanto, é importante reconhecer que outras intervenções com diferentes fontes de financiamento também devem ser consideradas, tendo em conta as necessidades específicas de cada aldeia / comunidade rural e do território do Pinhal Interior como um todo.

Isso pode incluir financiamento proveniente de investidores privados, parcerias público-privadas, fundações, programas de incentivo à inovação e ao empreendedorismo, entre outros. A diversificação das fontes de financiamento permite uma abordagem mais abrangente e flexível, melhor adaptada às necessidades e potencialidades de cada comunidade.

Programa Operacional Centro 2030 (Centro 2030) ----------

De acordo com o do Plano de Ação Estratégico – Pinhal Interior 2030, no âmbito do Programa Operacional do Centro 2030, existem várias opções de operações que podem ser consideradas para financiamento, dependendo das necessidades e objetivos específicos de cada Plano de Aldeia – Smart Villages. Algumas das operações disponíveis incluem:

- Criação de uma nova geração de modelos inteligentes e digitais na **provisão de Serviços de Interesse geral (SIG)**, concentrando-se especialmente em quatro áreas prioritárias: saúde, apoio social, envelhecimento e mobilidade.

As intervenções visam não apenas contribuir para mitigar a falta de serviços de proximidade, mas também para promover um ambiente mais inclusivo, sustentável e resiliente, e, assim, para fortalecer o tecido social e económico e capacitar as comunidades a prosperarem independentemente da sua localização geográfica (p.e., desenvolvimento de soluções oferecidas pelas tecnologias digitais – "**Aldeias digitais**", rede de cuidadores da comunidade – "**Aldeias solidárias**").

- Revitalização do espaço rural associada as **estratégias de promoção da arte e cultura**, por forma a reforçar a dinâmica das aldeias e a atrair e reter talento que contribua para a inovação e diversificação das atividades económicas (p.e., "**Aldeias criativas**").

  Intervenções que visam desenvolver um ecossistema propício para processos de criação artística nas suas variadas formas, sempre em articulação e colaboração com agentes e entidades locais, e com o objetivo de posicionar o PI.IN. como um destino turístico internacional de arte contemporânea.

- Desenvolvimento de novas **estruturas e serviços de valorização do capital natural** que contribuam para o reforço da oferta turística a partir dos ativos naturais do PI.IN.

  Intervenções em torno da educação ambiental por forma a gerar novas atividades que contribuam para a valorização do capital natural do PI.IN, bem como para a sensibilização da transição climática, tendo por base os serviços dos ecossistemas, a bio economia circular e os sistemas alimentares sustentáveis do PI.IN (p.e., "**Aldeias resilientes**")

- Promoção da **inovação social** de forma a capitalizar e potenciar um dos principais elementos diferenciadores do espaço rural: a comunidade e os laços sociais (p.e., "**Aldeias inclusivas**")

  Pode incluir iniciativas como programas de formação, incubadoras de negócios locais e estratégias para atrair investimentos, impulsionando a economia local de forma sustentável. A promoção da inovação social consubstancia a essência do conceito Smart Villages, onde a inovação é essencial para enfrentar os desafios específicos dos territórios rurais.

- Apoio ao **microempreendedorismo** através do Sistema de Incentivos de Base Territorial, sendo importante alocar parte desses recursos a projetos de infraestruturação que promovam o desenvolvimento económico e social das comunidades rurais (p.e., "**Aldeias empreendedoras**")

  Intervenções que apoiem o empreendedorismo, incentivando a criação e o desenvolvimento de novas empresas, bem como a modernização e expansão das existentes, através de incentivos financeiros, formação e capacitação.

TURISMO DE PORTUGAL

Agenda do Turismo para o Interior----------

Esta iniciativa governamental, dinamizada pela **Secretaria de Estado do Turismo Comércio e Serviços**, com o objetivo de valorizar o território, investir nas empresas, qualificar os profissionais e projetar o interior e a sua

oferta, contempla a **Linha +Interior Turismo**, destinada a entidades públicas, incluindo aquelas em cuja gestão as entidades da Administração Central do Estado, regional e local, assim como entidades associativas ou fundações que se proponham desenvolver os projetos que contribuam para o **desenvolvimento turístico sustentável dos territórios do interior**, potenciando novas estratégias de valorização dos respetivos recursos, ativos e agentes, gerando maiores níveis de atratividade turística e promovendo a sua dinamização social e económica.

Com o apoio financeiro do Turismo de Portugal, é possível desenvolver uma série de iniciativas para:

- **Refuncionalizar infraestruturas nas aldeias**, transformando-as em centros de excelência e atrativos turísticos. Por exemplo, aldeias localizadas na periferia do território podem ser transformadas em "**Aldeias Porta de Entrada**", funcionando como pontos de acesso para informações específicas sobre a temática das aldeias.

  Outra possibilidade é preparar as aldeias para receber potenciais novos residentes, criando o conceito de "**Aldeias para Viver**". Essas aldeias poderiam oferecer programas de acolhimento temporário para pessoas que desejam experimentar a vida na região, oferecendo um período de adaptação ou transição antes de uma mudança permanente. Por exemplo, essas iniciativas podem ser voltadas para aqueles que desejam iniciar uma atividade económica no território, oferecendo suporte inicial e facilitando a integração na comunidade local.

  Ainda outra possibilidade é desenvolver a iniciativa experimental "**Aldeias-escola**" (ou "Aldeias do Saber", "Aldeias do conhecimento") para propiciar a atração e fixação de pessoas no PI.IN oriundas do meio urbano. Esta iniciativa pode ser encarada como um instrumento incentivador da mobilidade para o PI.IN, motivando uma escolha informada e experimentada deste território. Prevê a dinamização de um programa de animação e capacitação em diferentes graus de especialização, temas ou metodologias (que podem ser replicados), permitindo que visitantes se envolvam diretamente com protagonistas especializados, recebendo orientação e informações sobre viver, estudar, investigar, empreender, investir, criar e inovar neste território.

  Essas ações podem efetivamente contribuir para revitalizar as aldeias, promover o desenvolvimento económico local e atrair novos residentes para o território e podem ser concretizadas, nomeadamente, através da refuncionalização / revitalização de infraestruturas existentes.

  Essas infraestruturas renovadas podem servir como centros comunitários, espaços culturais, áreas de coworking, ou qualquer outra função que contribua para impulsionar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos residentes. O processo de refuncionalização deverá conduzido de forma participativa, envolvendo os moradores locais, autoridades municipais, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas, garantindo que as iniciativas atendam às necessidades e aspirações das comunidades locais.

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PE PAC) ----------

Algumas das operações disponíveis no âmbito do Plano Estratégico da PAC podem apoiar iniciativas e atividades económicas relacionadas com a agricultura, agroalimentar, floresta e bioeconomia, sendo importante avaliar as opções disponíveis para determinar qual a mais adequada para cada projeto ou iniciativa de desenvolvimento local.

- **Valorização da agricultura familiar e dos produtos endógenos** e **apoio ao empreendedorismo e criação de empresas** promovendo a sua sustentabilidade económica e social, através de medidas como o apoio à modernização das explorações, à diversificação de atividades, ao aumento do valor acrescentado dos produtos e à melhoria das condições de trabalho (p.e., "**Aldeias Agroecológicas**").

  Intervenções ao nível do restabelecimento e relançamento da atividade apícola, promovendo o desenvolvimento da apicultura, incentivando o aumento da produção de mel e de outros produtos apícolas, bem como a preservação das abelhas e dos ecossistemas associados, bem como do desenvolvimento da fileira do medronheiro, nomeadamente através de iniciativas promotoras da extração, transformação e comercialização do medronho, bem como dos seus produtos derivados.

  Outras intervenções poderão ser executadas para promover as cadeias curtas e mercados locais, incentivando a produção, transformação e comercialização de produtos locais, bem como o consumo sustentável e a valorização dos recursos endógenos.

  Outra possibilidade são intervenções que visem promover a silvopastorícia, uma prática agroflorestal que contribui para a diversificação das atividades agrícolas, a preservação dos ecossistemas e a mitigação das alterações climáticas.

- **Valorização dos recursos naturais e culturais**, com intervenções que visem promover a valorização e preservação dos recursos naturais, culturais e patrimoniais, através de projetos de conservação ambiental, recuperação do património arquitetónico e cultural, eficiência energética e economia circular (p.e., "**Aldeias sustentáveis**")

  Outras intervenções poderão vir a impulsionar a dinamização económica, a inovação e a criação de emprego local, através do apoio a projetos que promovam a competitividade das empresas locais, a adoção de novas tecnologias e práticas sustentáveis, implementação de medidas de eficiência energética, projetos de gestão de recursos hídricos, sensibilização para práticas sustentáveis.

Este tipo de apoios poderá, também e eventualmente, ser mobilizado através das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) LEADER / DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) dos Grupos de Ação Local (GAL). Estas estratégias visam promover o desenvolvimento económico, social e ambiental das zonas rurais, através da implementação de ações integradas e participativas, coordenadas pelas parcerias locais. Outro tipo de apoios pode surgir através da articulação com as EDL dos GAL, nomeadamente:

- Apoio financeiro concedido sob a forma de ajuda não reembolsável para a **elaboração de Planos de Aldeia – Smart Villages**.
- Desenvolvimento de um **projeto de cooperação** com os 10 GAL da região do Pinhal Interior para o desenho de uma estratégia orientada para maximizar recursos e esforços de articulação e complementaridade com outras redes a operar no território do Pinhal Interior.
- Apoios no âmbito do **reforço de competências e capacidade**, nomeadamente através do desenvolvimento de ações de capacitação para "líderes" locais" e workshops para apoiar a implementação de projetos e iniciativas no âmbito da rede temática Aldeias do Pinhal - Smart Villages.

A **realização da Aldeia do Pinhal** envolve a implementação das iniciativas e intervenções delineadas nos Planos de Aldeia, visando transformar a aldeia selecionada num modelo exemplar e desejavelmente transferível. Isso implica a execução de projetos e ações destinadas a promover o desenvolvimento económico, social, ambiental e cultural da aldeia, de acordo com os objetivos e prioridades definidos.

8. Monitorização e Avaliação

Após a implementação, é essencial realizar uma **monitorização e avaliação contínua** da Aldeia do Pinhal, com a finalidade de acompanhar o progresso, para garantir que as iniciativas e intervenções implementadas estão a produzir os resultados desejados e para identificar eventuais desafios ou obstáculos e áreas de melhoria e proceder a ajustamentos se necessário. Esta fase permite garantir a eficácia das intervenções, maximizando os resultados e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo das aldeias bem como do território PI.IN.

A monitorização envolve a recolha regular de dados e indicadores relevantes, permitindo uma análise contínua do progresso das ações realizadas. Já a avaliação consiste numa análise mais aprofundada e sistemática dos resultados alcançados, comparando os objetivos definidos com os resultados reais obtidos.

A importância destes processos complementares reside na capacidade de fornecer feedback contínuo sobre o progresso, eficácia e impacto das intervenções realizadas, bem como na identificação de lições aprendidas para orientar futuras ações.

Para realizar uma monitorização eficaz, é essencial estabelecer indicadores claros e mensuráveis que estejam alinhados com os objetivos estabelecidos para a Aldeia do Pinhal - Smart Village, bem como com os objetivos da sua Macro estratégia, e do Pinhal Interior 2030, que se insere na estratégia macro de revitalização no Pinhal Interior ancorada na IIBT do Pinhal Interior.

Esses indicadores deverão ser integrados no **Radar do Pinhal - observatório de inovação territorial** e podem abranger uma diversidade de áreas, como desenvolvimento económico, inclusão social, sustentabilidade ambiental, inovação, entre outros, e devem ser recolhidos de forma regular e sistemática ao longo do tempo. A utilização de ferramentas de recolha de dados, como inquéritos, entrevistas, análise de documentos e observação direta, pode ajudar a garantir a qualidade e fiabilidade dos dados recolhidos e a sua análise poderá ser efetuada ao nível da Macro estratégia e o seu contributo para os objetivos da IIBT do Pinhal Interior.

Além da monitorização, a avaliação é fundamental para uma compreensão mais aprofundada dos resultados alcançados e para informar decisões futuras. A avaliação deve ser realizada de forma sistemática, utilizando métodos adequados para analisar os dados recolhidos e identificar tendências, padrões e áreas de sucesso e desafio. A participação de todas as partes interessadas, incluindo comunidades locais, autoridades municipais, organizações da sociedade civil e outros atores relevantes, é essencial para garantir uma avaliação abrangente e inclusiva.

Além disso, é importante que os resultados da monitorização e avaliação sejam comunicados de forma clara e transparente a todas as partes interessadas, garantindo assim uma visão dos compromissos assumidos e a partilha de conhecimento. Com base nas conclusões da monitorização e avaliação, podem ser identificadas áreas de melhoria e ajustamentos necessários nas estratégias e intervenções implementadas (e a implementar), permitindo assim uma abordagem adaptativa e orientada para resultados no desenvolvimento da Rede Temática Aldeias do Pinhal - Smart Villages.

4. Integração e implementação da abordagem Smart Villages na IIBT PI.IN: Recomendações gerais

O recurso à abordagem Smart Villages no âmbito da IIBT, pressupõe:

- Uma abordagem integrada para a área geográfica em causa;
- Uma análise das necessidades de desenvolvimento e das potencialidades comuns do território considerado;
- A descrição de uma abordagem integrada destinada a responder às necessidades e potencialidades comuns de desenvolvimento identificadas;
- Uma descrição do envolvimento dos parceiros na elaboração e execução da estratégia;
- Um plano que contemple as principais ações e investimentos estruturantes de interesse comum, a respetiva calendarização e uma estimativa dos recursos financeiros envolvidos;
- Um modelo de governação, com gestão própria, envolvida e participativa, e apoiada por uma estrutura técnica.

Princípios e diretrizes para implementação

Planeamento integrado que garanta *(i)* uma abordagem territorial em que prevaleça uma intervenção transversal que facilite a combinação das políticas territoriais (nível pulridimensional) e sectoriais (nível multissectorial); e *(ii)* uma gestão integrada e colaborativa configurada por sistemas de governança assentes no equilíbrio bottom-up / top-down.

Abordagem integrada

- Procurar sinergias entre várias medidas / operações / iniciativas para enfrentar desafios de forma holística e eficaz.
- Coordenar e implementar diversas operações simultaneamente para uma estratégia abrangente.

Criação de um ecossistema colaborativo

- Promover a colaboração, capitalização do conhecimento e experiências, e coordenação eficiente.
- Promoção de um ambiente capaz de desenvolver políticas públicas e iniciativas que incentivem o desenvolvimento sustentável das aldeias / comunidades rurais.
- Facilitar a implementação de iniciativas e contribuir para construção de comunidades rurais mais inteligentes e adaptáveis.

Para além do desenvolvimento de um plano estratégico para a implementação rede temática Aldeias do Pinhal - Smart Villages, os resultados esperam-se ao nível da consolidação do conhecimento por parte das entidades institucionais e desenvolvimento de uma visão partilhada sobre a importância da implementação prática da rede temática Aldeias do Pinhal - Smart Villages; da identificação de oportunidades de colaboração e iniciativas para impulsionar a implementação da rede temática Aldeias do Pinhal - Smart Villages; da documentação de boas práticas e lições aprendidas para orientar futuras iniciativas.

Elaboração de documentos e recomendações

A elaboração de documentos e recomendações desempenha um papel fundamental na organização e consolidação das atividades a implementar e na comunicação eficaz de informações, ideias e propostas, e do progresso das atividades, promovendo uma colaboração mais eficiente orientada para os resultados.

- Desenvolver documentos técnicos e recomendações baseadas nas discussões e aprendizagens para orientar a conceção e implementação de Planos de Aldeia – Smart Villages (tradução de propostas em ações concretas).
- Desenvolver material informativo para orientar Municípios, Associações de Desenvolvimento Local e outros stakeholders na conceção e implementação de Planos de Aldeia – Smart Villages.
- Apresentar conclusões e recomendações, com ênfase nos desafios a superar e na transferência deste tipo de iniciativas para outros territórios.

Promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais

Algumas perspetivas (ou Eixos de intervenção) incluem:

- Sustentabilidade ambiental: promover práticas sustentáveis de gestão de recursos naturais e proteção do meio ambiente, redução da pegada de carbono (p.e., gestão de resíduos e de energia renovável).
- Melhoria da qualidade de vida: oferecer acesso a serviços de saúde, apoio social, cuidados no envelhecimento e mobilidade.
- Fomento do empreendedorismo: desenvolvimento socioeconómico com a criação de oportunidades de emprego e rendimento para os residentes e com capacidade de atrair população.
- Preservação do património: valorizar e proteger os elementos culturais e históricos das aldeias.
- Fomento de abordagens participativas: envolvimento ativo das comunidades locais no processo de planeamento e implementação.
- Inovação tecnológica: desenvolver e implementar soluções tecnológicas inovadoras para dar resposta aos desafios / necessidades identificadas.

Formas de apoio que podem ser oferecidas para a elaboração de Planos de Aldeia - Smart Villages:

- Capacitação técnica: capacitação para os agentes de desenvolvimento e líderes das comunidades rurais.
- Assistência técnica: disponibilizar consultoria especializada para a definição de estratégias e a implementação de projetos.
- Financiamento: disponibilizar recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos e a implementação de infraestruturas tecnológicas.

Princípios gerais para Planos de Aldeia - Smart Villages bem-sucedidos e sustentáveis

- Conceber uma abordagem adaptada ao contexto de cada uma das aldeias / comunidades rurais com base na produção agrícola, no património cultural, nos recursos naturais e no ambiente, etc.
- Construir soluções e serviços sustentáveis com base nas necessidades e capacidades locais que derivam do contributo dos beneficiários locais e se baseiam nos princípios da cocriação.
- Desenvolver soluções e serviços digitais que sejam económicos e acessíveis às comunidades rurais, adaptáveis e disponíveis para as necessidades das comunidades locais, incluindo os grupos mais vulneráveis.
- Quando aplicável, promover a adoção de soluções, serviços e plataformas digitais de forma a criar ganhos de eficiência, acrescentar valor, e fornecer garantias de qualidade de vida, p.e., através da melhoria da disponibilidade de serviços de interesse geral.
- Assegurar a colaboração entre as partes interessadas locais, os empresários locais, as autoridades locais e as empresas privadas e os prestadores de serviços.
- Assegurar um contexto de inovação composto por equipas multidisciplinares, mas também com conhecimentos socioeconómicos, e criar ligações com os representantes e líderes da comunidade local.
- Construir uma governação inclusiva, para uma gestão transparente e responsável dos serviços disponibilizados.
- Monitorizar a implementação e avaliar o impacto, para uma gestão eficaz e atempada do Plano de Aldeia. Monitorizar também os resultados na melhoria do bem-estar das comunidades locais.

Iniciar o Plano de Aldeia - Smart Village

- Obter um entendimento comum do que é uma Smart Village, que possa ser traduzida em compromissos políticos, utilizada na mobilização de recursos e compreendida pelos intervenientes locais para desencadear iniciativas.
- Não existe um modelo definido para a implementação de iniciativas de Smart Villages. Estas iniciativas dependem da capacidade das autoridades e das partes interessadas nacionais, regionais ou locais para promoverem o desenvolvimento local e territorial integrado, inclusivo e sustentável.
- O valor acrescentado das Smart Villages reside na capacitação das comunidades rurais para atingirem os seus objetivos, mantendo ao mesmo tempo o seu caráter rural distinto. Este é um aspeto essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável.

- Qualquer comunidade rural pode desenvolver um processo de Aldeia Inteligente, no entanto existe um conjunto de condições que necessitam de estar reunidas para o seu sucesso, dependendo das necessidades de intervenção. Para avaliar essas necessidades é importante que o processo de desenvolvimento se baseie numa avaliação de necessidades concreta e transparente.

Desenvolver o Plano de Aldeia - Smart Village

Processo participativo

- As iniciativas devem promover a interação social e estimular a cooperação e o envolvimento dos membros da comunidade rural. Estes aspetos contribuem construtivamente para os processos de desenvolvimento sustentável.
- São necessárias estratégias e métodos para envolver as comunidades locais para facilitar os processos de cocriação. Estas estratégias e métodos podem basear-se nas estruturas de governação local existentes. É necessária a colaboração entre vários intervenientes para aproveitar ao máximo o conhecimento disponível (técnico, científico, organizacional, etc.) com vista à cocriação e identificação de soluções inovadoras.
- A maioria das comunidades locais necessita de conhecimentos específicos ao longo de todo o processo, seja para desenvolver abordagens participativas, seja para conceber e implementar ações e soluções (p.e., entidades públicas, consultores privados).

Design e implementação

- Planear ações de longo prazo em resposta às necessidades locais identificadas pela comunidade local e em linha com a sua visão de desenvolvimento local. Estas ações deverão procurar a articulação com estratégias, programas ou iniciativas de níveis administrativos territoriais superiores.
- O desenvolvimento e implementação de iniciativas de Smart Villages requerem um compromisso de longo prazo e recursos financeiros. A implementação destas iniciativas é um desafio se não houver financiamento público disponível. Neste sentido, é importante que haja compromisso político e que as políticas reflitam o conceito de Smart Villages como ferramenta para o desenvolvimento rural.

Soluções inteligentes (inovação e digitalização)

- Embora devam ser promovidas ações específicas adaptadas a contextos e necessidades locais específicos, há uma vantagem em transferir ou inspirar-se em soluções já testadas (planeamento estratégico em pequena escala ou adaptação de soluções existentes).
- A incorporação de tecnologias digitais depende da sua capacidade para aumentar a eficácia das atividades existentes ou de aproveitar ao máximo as oportunidades emergentes.
- As abordagens baseadas em tecnologias digitais são frequentemente complexas. É crucial ter uma ligação bem definida e transparente entre todos os intervenientes relevantes, incluindo os prestadores de serviços, e considerar a melhor forma de colaboração.

Monitorização e avaliação

- As iniciativas devem ser monitorizadas e avaliadas de perto. É importante definir um sistema de monitorização simples que possa ser facilmente implementado para acompanhar a implementação de uma iniciativa, capturar as principais realizações e identificar lições e boas práticas.

ANEXO I. DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS-CHAVE DE SMART VILLAGES

Aspectos-chave	Descrição
Aldeias / Comunidades rurais	As comunidades em zonas rurais podem incluir um ou vários aglomerados populacionais, sem quaisquer restrições quanto aos limites administrativos ou ao número de habitantes. No contexto em questão, propõe-se que as aldeias a apoiar tenham uma população de até 5.000 habitantes. No que respeita às condições de elegibilidade para apoio, devem ser utilizadas as definições adequadas de zonas rurais, p.e., no contexto da UE, há várias definições que podem ser aplicadas: ▪ Zonas com baixa densidade populacional, ou seja, menos de 12,5 habitantes por km². No entanto, deve notar-se que uma aldeia pode não ser realmente "pouco povoada", mas sim o território onde está localizada. ▪ As aldeias remotas são aquelas que se situam a mais de 45 minutos de distância de um centro populacional com pelo menos 50 mil habitantes. ▪ Aldeias marginalizadas ou desfavorecidas que enfrentam condicionalismos estruturais complexos, como o envelhecimento, a pobreza e o desemprego. ▪ Aldeias fronteiriças localizadas em zonas situadas a não mais de 30 km da fronteira. ▪ Aldeias transfronteiriças cujo território se estende por dois países.
Ativos locais	As Smart Villages aplicam uma abordagem de desenvolvimento endógeno com a utilização dos pontos fortes, recursos e ativos e oportunidades locais existentes através de uma abordagem integrada e de base local que responde aos desafios e necessidades específicos do território rural. As estratégias / Planos de Aldeia deverão ser capazes de reconhecer uma especialização inteligente em torno de ativos distintivos e alavancar os mesmos como essenciais para o crescimento económico e social, diversificando ao mesmo tempo as suas fontes de rendimento, p.e., através do turismo.
Inovação	O objetivo é introduzir a inovação nas zonas rurais para apoiar as comunidades locais a encontrar soluções novas ou alternativas para enfrentar os seus desafios e aproveitar as oportunidades. A inovação refere-se a qualquer novo processo, produto ou serviço para o território local. Este conceito flexível de inovação reconhece o facto de que o que é inovador num território pode não o ser noutro. Embora as tecnologias digitais sejam frequentemente centrais para a inovação em Smart Villages, são vistas como um meio para atingir um fim, e não como um fim em si mesmo. Por exemplo: ▪ aumentar as oportunidades de negócio e criar emprego (por exemplo, acrescentando valor ao património cultural para atrair turistas); e

	▪ introduzir práticas para melhorar a adaptação às alterações climáticas (por exemplo, economia circular) ou para utilizar melhor os recursos locais (por exemplo, agricultura de precisão). ▪ melhorar o acesso a serviços (incluindo saúde, formação, transportes e agricultura). Em suma, as comunidades rurais devem implementar ações inovadoras alinhadas com as suas abordagens estratégicas, que podem incluir um âmbito abrangente de áreas temáticas (p.e., em domínios como o turismo, o marketing territorial, a agricultura, a energia, a mobilidade ou a ação climática). A inovação também pode assumir diferentes tipos - inovação digital, tecnológica e social. As tecnologias digitais são vistas como um facilitador fundamental e uma força motriz para a transformação das zonas rurais, ligando as pessoas a oportunidades económicas, sociais e ambientais. No entanto, a conectividade continua a ser um fator crucial para a penetração das tecnologias digitais nas zonas rurais.
Planeamento estratégico	As aldeias devem ter uma visão clara dos seus objetivos de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo. Para isto, o planeamento de ações e atividades é essencial para garantir uma implementação coordenada. Este planeamento estratégico pode refletir-se em documentos mais ou menos abrangentes e formais (tais como estratégias, roteiros, planos de ação, etc.), podendo incluir: ▪ Análise do contexto e das necessidades e oportunidades das aldeias / comunidades rurais. ▪ Definição clara de objetivos e metas. ▪ Plano de ação integrado. ▪ Implementação das ações identificadas associadas a potenciais fontes de financiamento ▪ Conjunto de indicadores monitorizar o progresso do plano de ação, bem como para analisar os resultados alcançados.
Cooperação	A conceção de implementação da uma iniciativa Smart Villages deve beneficiar de ações de intercâmbio de conhecimentos e experiências, transferência de práticas, aprendizagem entre pares com outras aldeias (p.e., de outros países) e deve maximizar e coordenar o contributo de atores e relevantes em zonas rurais e urbanas (incluindo os de fora da comunidade, p.e., aldeias vizinhas com necessidades e desafios semelhantes). Este tipo de relações pode facilitar, reforçar e aprofundar a partilha de conhecimentos, experiências e melhores práticas, bem como estimular a proatividade de todos os envolvidos, com progressos na inovação e uma maior disponibilidade, acesso e adoção de soluções digitais, incluindo a sua transferência para outros contextos.

Abordagem ascendente	A adoção de uma abordagem ascendente é desejável, sendo crucial a participação ativa da comunidade local na conceção e na decisão sobre o caminho estratégico que desejam seguir para o seu desenvolvimento. Durante a fase de execução, as necessidades de quanto às capacidades dos atores e comunidades envolvidas devem ser devidamente tidas em conta. As iniciativas Smart Villages devem centrar-se nas pessoas / comunidades locais, pelo que é essencial implementar abordagens participativas e inclusivas para garantir que as comunidades – e especialmente os jovens, as mulheres e os grupos vulneráveis, como os idosos – sejam capacitadas para participar na conceção e implementação das estratégias / Planos de aldeia (p.e., a integração e a adoção de tecnologias exigem competências e conhecimentos digitais). Assim, trata-se de reunir as comunidades locais (aqueles que potencialmente beneficiarão do processo de desenvolvimento) e atores externos (aqueles com novos conhecimentos e capacidade técnica e financeira para desenvolver os Planos de Aldeia mais ajustados às necessidades, incluindo e definição de soluções digitais), num processo de co-criação e de colaboração multidisciplinar.

ANEXO II. PROPOSTA DE MODELO PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE ALDEIA – ESTRATÉGIA SMART VILLAGES

Este modelo oferece uma estrutura abrangente para a criação de um Plano de Aldeia - Estratégia Smart Village, abordando os aspectos considerados cruciais para o sucesso da estratégia proposta, visando uma abordagem integrada e participativa para o desenvolvimento de uma Smart Village, adaptável às especificidades de cada contexto e comunidade. (elementos gráficos apelativos e informativos)

I. Apresentação

Breve introdução sobre o propósito e contexto do Plano de Aldeia – Estratégia Smart Village.

II. Introdução

Descrição da aldeia e sua importância para a região.

Breve contextualização da importância da estratégia para o desenvolvimento da aldeia e a visão enquanto Smart Village.

Principais desafios enfrentados pela aldeia e que o Plano visa abordar, incluindo a enumeração dos objetivos e a descrição dos benefícios esperados para a comunidade e para o território do Pinhal Interior.

Questões indicativas

- Qual o contexto da aldeia em questão?
- Quais são os principais desafios e oportunidades enfrentados?
- Qual o propósito deste Plano de Aldeia? O que significa ser 'inteligente' para a aldeia?

III. Contexto

III.1. Diagnóstico da Aldeia

Análise detalhada das características principais da aldeia e área rural.

Identificação dos principais problemas, desafios e oportunidades (análise SWOT).

Articulação com estratégias, iniciativas e projetos existentes.

Questões indicativas

- Quais as características demográficas e socioeconómicas da população local?
- Quais os recursos / ativos naturais, culturais e criativos e patrimoniais da aldeia?
- Quais os principais problemas e necessidades identificados pela comunidade?

III.2. Visão e objetivos

Definição da visão de futuro desejada para a aldeia.

Estabelecimento de objetivos gerais e específicos mensuráveis para alcançar essa visão (metas específicas estabelecidas para cada objetivo).

Questões indicativas

- Qual a visão de futuro da aldeia?
- Quais os objetivos a alcançar para tornar a aldeia mais inteligente e sustentável?
- Como esses objetivos estão alinhados com as necessidades e aspirações da comunidade?

IV. Estratégia e intervenções

IV.1. Lógica de Intervenção

Descrição da estratégia proposta e intervenções / ações necessárias para alcançar os objetivos definidos (objetivos específicos e operacionais em resposta à análise SWOT)

Descrição das soluções inteligentes e resultados esperados.

Priorização das ações de acordo com a sua importância e viabilidade.

Questões indicativas

- Quais as principais áreas de intervenção identificadas para alcançar os objetivos estabelecidos?
- Como as intervenções abordarão os problemas identificados e aproveitarão os recursos disponíveis?
- Quais as ações concretas a implementar em cada área de intervenção?

IV.2. Implementação e gestão

Identificação dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários para implementar as ações propostas.

Identificação de possíveis fontes de financiamento.

Cronograma (previsto) detalhado para a implementação das atividades (passos práticos para implementar as intervenções propostas).

Responsabilidades atribuídas a diferentes partes interessadas.

Medidas para garantir a sustentabilidade das ações a longo prazo.

Questões indicativas

- Quais os recursos necessários para implementar o Plano de Aldeia?
- Quais as potenciais fontes de financiamento para apoiar as atividades propostas?
- Quais os mecanismos de coordenação e gestão do plano?
- Como serão atribuídas as responsabilidades e garantida a execução eficaz das atividades?
- Como será garantida a sustentabilidade financeira a longo prazo das iniciativas desenvolvidas?

IV.3. Parcerias e envolvimento da comunidade local

Governança local: partes envolvidas na elaboração e implementação da estratégia.

Estratégias para envolver ativamente a comunidade local no processo de planeamento e implementação.

Mecanismos para garantir a participação e feedback da comunidade ao longo do processo.

Cooperação com outras aldeias e redes de trabalho.

Questões indicativas

- Quais as partes interessadas chave na implementação do Plano de Aldeia?
- Como será promovido o envolvimento ativo da comunidade no processo de planeamento e implementação?
- Quais as parcerias estratégicas a estabelecer para apoiar a realização dos objetivos?

V. Monitorização e Avaliação

Mecanismos de acompanhamento e avaliação do progresso.

Questões indicativas

- Quais os indicadores de sucesso para medir o progresso, resultados e impacto do Plano de Aldeia?

- Como será realizada a monitorização e avaliação contínua das atividades e resultados?
- Como serão incorporados os feedbacks para ajustar e melhorar o Plano ao longo do tempo?

VI. Comunicação e divulgação

Plano de comunicação para divulgar a estratégia e envolver a comunidade.

Estratégias para sensibilizar e mobilizar diferentes partes interessadas em torno dos objetivos da aldeia.

Questões indicativas

- Qual é a estratégia de comunicação para promover o Plano de Aldeia e envolver a comunidade?
- Como serão comunicados os progressos e sucessos alcançados ao longo do tempo?
- Quais são os canais de comunicação preferenciais?